



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **9 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, segunda-feira, 2 de abril de 2012**

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Medidas contra importações são questionadas na OMC.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Dilma vai anunciar mais R\$ 18 bilhões de incentivos à indústria.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Dilma anuncia amanhã incentivos que podem chegar a R\$ 20 bilhões .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Oposição vai à Comissão de Ética para investigar Ideli .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Governo quer ampliar acesso das ZPEs ao mercado interno .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Barreira à importação gera escassez e afeta a indústria .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> 'Argentina dificulta relação com o Brasil' .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Múltiplos promovem o Brasil na rede global da inovação .....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Governo cria Conselhos de Competitividade .....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Medidas contra <u>importações</u> são questionadas na OMC</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Países temem que o Brasil transforme em permanentes medidas de proteção anunciadas como temporárias**

**Jamil Chade**

Governos de seis países e representantes das 27 economias da União Europeia manifestaram temor de que as medidas protecionistas brasileiras implementadas como temporárias acabem se transformando em barreiras permanentes.

A crítica foi manifestada na última sexta-feira, em uma reunião fechada da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo diplomatas, serviu como uma advertência de que governos poderão questionar a legalidade das medidas brasileiras nos tribunais nos próximos meses se elas forem mantidas.

O principal porta-voz das críticas foi o governo australiano. Para ele, o principal temor se refere à implementação de reduções de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros produzidos com determinado percentual de peças feitas em território brasileiro.

A diferenciação entre um produto nacional e um importado nessas bases é considerado pela lei na OMC como ilegal.

Essa não é a primeira vez que países ricos questionam as barreiras brasileiras e as queixas vem ganhando cada vez mais um tom de irritação por parte dos países ricos. Dados coletados por diferentes organizações já apontam que o Brasil se transformou na economia mais fechada entre os países do G-20.

Desta vez, porém, o alerta da Austrália é de que já temia que as medidas protecionistas não fossem apenas ações temporárias. O país manifestou que "tem dúvidas se as medidas seriam de fato temporárias".

A queixa foi apoiada pelos governos da Coreia do Sul, dos 27 países da União Europeia, Japão, Canadá, Estados Unidos e Hong Kong. O fato de nem todos serem exportadores de veículos revelou, para a diplomacia australiana, que a preocupação não é apenas com o setor automotivo, mas com a onda de medidas protecionistas no Brasil.

Justificativa. A delegação brasileira na OMC se limitou a dizer que já havia explicado a situação que levou o País a adotar as medidas - câmbio desfavorável e forte fluxo de importação. A delegação brasileira também rejeitou dar qualquer sinal de que poderia estar revendo a imposição da barreira, alertando que estava apenas disposta a continuar dialogando bilateralmente com cada uma das delegações que tenham problemas com essa lei.

A reunião foi a mesma que serviu para que um total de 13 países questionassem as barreiras implementadas pela Argentina. O grupo, que incluiu o México e Panamá, alertava que desde 2008 os argentinos proliferaram medidas protecionistas, com regulamentações atrasando a entrada de produtos em até seis meses e outras simplesmente não recebendo qualquer resposta.

Cecilia Nohan, vice-ministra argentina, respondeu que a queixa não se justificava, já que o país aumentou suas importações em 30% em 2011. O Brasil, que tem na Argentina um dos principais mercados para seus produtos, não se manifestou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma vai anunciar mais R\$ 18 bilhões de incentivos à indústria</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Roussef vai anunciar amanhã uma reformulação nas linhas de financiamento para investimento e capital de giro do **BNDES** com redução nas taxas de juro, ampliação do prazo de pagamento e mais setores beneficiados. O governo aumentará em R\$ 18 bilhões os recursos com taxas subsidiadas pelo Tesouro, que chegarão a R\$ 227 bilhões, informa Renata Veríssimo. Será criada uma nova linha para projetos estratégicos de R\$ 8 bilhões, com juros de 5% ao ano. Haverá ainda redução de juros para ônibus e caminhões e bens de capital. O financiamento para **exportação** sobe para 100% com prazo de 36 meses

Governo anuncia na terça pacote de R\$ 18 bilhões para estimular indústria

Conjunto de medidas inclui ampliação de valores e prazos de financiamentos e mudanças de regras em fundos de **desenvolvimento**

Renata Veríssimo, de O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - Preocupado em dar mais competitividade aos setores industriais prejudicados pela valorização do real, o governo anuncia amanhã uma reformulação nas linhas de financiamento para investimento e capital de giro do Banco Nacional de **Desenvolvimento**, Econômico e Social (**BNDES**), com a ampliação dos setores favorecidos, redução das taxas de juros e maior prazo para pagamento. A previsão é de um aumento de R\$ 18 bilhões nos empréstimos.

Haverá mudanças nas regras de atuação dos fundos de **desenvolvimento regional** para alavancar investimentos em infraestrutura. Banco do **Brasil** e Caixa Econômica Federal poderão atuar neste **mercado**, oferecendo empréstimos com recursos do Fundo de **Desenvolvimento** do Nordeste e do Fundo de **Desenvolvimento** da **Amazônia**. O risco das aplicações deve ser transferido do Tesouro para os bancos.

As medidas, preparadas pelo ministro da Fazenda Guido Mantega, serão anunciadas amanhã pela presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. O Estado apurou que as principais alterações no **BNDES** serão no Revitaliza e nas linhas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Estes programas foram criados no governo **Lula** para ajudar

setores que enfrentavam forte concorrência de produtos **importados**, mas que são grandes geradores de emprego.

PSI. O governo ampliará em R\$ 18 bilhões o limite de financiamento das linhas do PSI, com subvenção do Tesouro Nacional. Subirá para R\$ 227 bilhões o volume de empréstimo do banco com taxas de juros subsidiadas. Esta será a quarta mudança no PSI desde o seu lançamento em julho de 2009 para enfrentar a crise internacional. As novas condições de financiamento vão valer até dezembro de 2013.

Será criada, dentro do PSI, uma linha para financiar projetos estratégicos com o objetivo de reduzir o custo de obra. A nova linha terá aporte de R\$ 8 bilhões com taxas de juros de 5% ao ano. Os projetos terão que ser aprovados por uma comissão interministerial.

Os juros ficarão um ponto porcentual menor na linha do PSI destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos. Para micro, pequenas e médias empresas (MPME), o custo do empréstimo cai de 6,5% para 5,5%.

Para as grandes empresas, de 8,7% para 7,7% ao ano. O **BNDES** ampliará o limite a ser financiado. Até 100% para as empresas de menor porte e de até 90% do investimento para as grandes. A linha para as MPME passa de R\$ 3 bilhões para R\$ 13 bilhões.

A linha para financiar a aquisição de ônibus e caminhões o juro cortado de 10% para 7,7% ao ano. O prazo será ampliado de 96 para 120 meses. O financiamento, então, será de até 100% para as MPMEs e 90% para as grandes.

Para os **exportadores**, as taxas de juros serão de 9% para as grandes empresas e de 7% para as demais. O limite do investimento a ser financiado sobe de 90% para 100% e o prazo de pagamento será ampliado de 24 para 36 meses. Esta linha ganhará um reforço de R\$ 1 bilhão.

Haverá uma queda nos juros de 5% para 4% no financiamento para capital inovador. No Procaminhoneiro, para autônomos, o prazo passa de 36 para 48 meses.

Passa de R\$ 100 milhões para R\$ 150 milhões o volume de recursos que podem ser liberados por grupo

econômico. O Revitaliza tem linhas para capital de giro, investimento e a **exportação**.

Uma fonte do governo informou que serão anunciadas mudanças nas linhas para **exportadores** por meio do

Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) para ampliar as empresas com acesso aos recursos. O Banco do **Brasil** é o líder no **mercado**.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma anuncia amanhã incentivos que podem chegar a R\$ 20 bilhões</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Dilma prepara pacote de medidas à indústria

**Ideia é anunciar amanhã redução de juros e reforço em financiamento que pode chegar a R\$ 20 bi**

**VALDO CRUZ**

**SHEILA D'AMORIM**

**DE BRASÍLIA**

A presidente Dilma quer fazer do evento de amanhã, quando divulgará um pacote de medidas, o momento simbólico para tentar virar o ritmo da economia no segundo ano de seu mandato.

Por isso, a Palácio do Planalto convidou cerca de 400 pessoas, entre empresários e sindicalistas, de vinte segmentos.

A indústria, o setor da economia mais afetado por causa da valorização do real frente ao **dólar**, será o foco principal das medidas.

O governo vai desonerar a folha de pagamento de setores da indústria como têxtil, moveleiro, plásticos, aeroespacial, fabricantes de ônibus, eletroeletrônicos, autopeças e bens de capital.

A equipe negocia ainda com outros setores, que podem ser incluídos ainda hoje na lista final.

Para estimular as **exportações**, as receitas com vendas externas desses setores não serão computadas no cálculo da

contribuição ao INSS, que passará a incidir sobre o faturamento em vez da folha de pagamento.

Para aumentar os investimentos produtivos, haverá uma redução geral das taxas de juros dos empréstimos do **BNDES** vinculados ao PSI (Programa de Sustentação do Investimento).

No caso das grandes empresas, os juros devem cair de 8,7% para 7,7% ao ano. Além disso, devem ser criadas novas linhas de financiamentos, em um reforço que pode chegar a cerca de R\$ 20 bilhões, segundo assessores presidenciais.

Essas mudanças serão feitas por meio de medida provisória.

Aconselhada pelo ex-presidente Lula, Dilma quer repetir o clima vivido no governo de seu antecessor durante a crise econômica internacional de 2008/2009.

Naquele período, **Lula** ordenou à sua equipe adotar uma série de medidas para reverter a forte desaceleração econômica e conclamou a população a consumir e o empresariado a investir.

O quadro atual não é tão grave como o vivido em 2008 e 2009, mas Dilma foi alertada que, sem medidas, o **PIB** (Produto Interno Bruto) poderia crescer apenas 3% em 2012, pouco acima dos 2,7% de 2011.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Oposição vai à Comissão de Ética para investigar Ideli</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Yvna Sousa**

**Ao retornar de viagem oficial à Índia, a presidente Dilma Rousseff retoma hoje sua agenda tendo que enfrentar novas denúncias que podem atingir o primeiro escalão de seu governo. O PSDB faz requerimento hoje à Comissão de Ética da Presidência para investigar a denúncia sobre irregularidades no Ministério da Pesca que envolveriam a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.**

Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo revelou que a empresa Intech Boating foi procurada para doar R\$ 150 mil ao comitê financeiro do PT de Santa Catarina, depois de ser contratada para construir 28 lanchas-patrolha pela Pesca. O comitê financeiro do PT foi quem bancou 81% dos custos da campanha de Ideli ao governo catarinense.

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), reconheceu que o pedido à comissão é uma mudança na estratégia da oposição, que não tem conseguido aprovar a convocação de ministros para dar explicações no Congresso.

Há algum tempo eu não faria isso, porque essa Comissão de Ética não atuava verdadeiramente, mas ultimamente tem dado respostas. Houve o caso recente do ministro [do Desenvolvimento] Fernando PIMentel, em que a comissão optou pela abertura de investigação. Isso nos leva a dar um voto de confiança a essa comissão, disse o senador.

Em nota oficial, divulgada na sexta-feira passada, a assessoria da Secretaria de Relações Institucionais disse que não há qualquer ligação entre a ministra e a empresa Intech Boating, pois a doação não foi feita para a candidatura de Ideli Salvatti ao governo do Estado.

A nota esclarece ainda que o contrato firmado entre a empresa e o Ministério da Pesca para aquisição de lanchas, que está sob investigação do Tribunal de Contas da União (TCU), foi assinado em 2009, ano em que Ideli era senadora e não ministra da Pasta. Ideli ocupou o cargo de janeiro a junho de 2011.

O TCU apontou irregularidades no contrato que somam R\$ 31 milhões. O tribunal diz que o Ministério da Pesca comprou as lanchas sem ter o que fazer com elas e que a Intech tinha construído apenas um barco antes de ganhar a licitação. Segundo as regras da concorrência, as empresas interessadas teriam que ter produzido pelo menos três barcos para participar da disputa.

Apesar de o contrato não ter sido firmado durante a gestão de Ideli na Pesca, ela autorizou o pagamento de mais R\$ 5,2 milhões do contrato da Pasta com a Intech Boating, de acordo com a reportagem.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo quer ampliar acesso das ZPEs ao <u>mercado</u> interno</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Conjuntura

**Planalto apoia ampliação de fatia da produção que fica no país**

### João Villaverde

O Brasil conta com 23 Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), e a 24ª deve sair do forno nos próximos dias, quando a Casa Civil autorizar a criação da ZPE de Uberaba, em Minas Gerais. Nenhuma delas, no entanto, existe efetivamente - a maior parte sequer saiu do papel. Apenas uma, no Acre, conta com infraestrutura básica pronta.

Agora, o governo Dilma Rousseff definiu as seis ZPEs em que vê potencial para funcionar a partir do fim de 2014 e prepara uma força-tarefa para impulsionar os negócios. Isso inclui desde esforços junto a prefeitos para que acelerem (ou retomem) as obras de infraestrutura, até interceder junto ao Senado para aprovar projeto que amplia de 20% para 40% o percentual do que é produzido numa ZPE que pode ser destinado ao mercado interno.

São seis as zonas de processamento de exportação que recebem atenção total do governo: Senador Guimard (Acre), Bataguassú (Mato Grosso do Sul), Parnaíba (Piauí), São Gonçalo do Amarante (Ceará), Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco) e Barcarena (Pará). A única que já está pronta é a ZPE do Acre, como antecipou o Valor em janeiro. Entre as demais, a principal aposta do governo é a ZPE de Bataguassú - a única dentre as 24 ZPEs que não pertence ao poder público, mas sim a um grupo de seis empresários.

Criadas em 1988 por decreto do então presidente José Sarney, as ZPEs tiveram seu marco regulatório atualizado pela Lei 11.508, de 2007, que, segundo técnicos do governo, já nasceu velha. Das 11 ZPEs criadas de 2007 para cá, apenas a do Acre foi inaugurada, mas ainda não há nenhuma indústria no local - há, sim, três projetos produtivos básicos, um deles do grupo peruano Glória, em análise no governo acreano.

O principal responsável pela política de aceleração das ZPE é Gustavo Fontenele, que desde o ano passado é o secretário-executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE). Vinculado ao Ministério

do Desenvolvimento, o CZPE é formado pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, de Integração Nacional, do Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Não faz mais sentido manter as regras dos anos 80. Quando as ZPEs surgiram, tinham também a função de trazer dólares, por meio das exportações, e auxiliar no equilíbrio do balanço de pagamentos, afirma Fontenele. Segundo ele, o mercado doméstico é robusto, e foi fortalecido nos últimos anos pelo próprio governo, então as empresas que se instalarem lá poderiam reverter ao mercado interno uma parcela maior do que produzem, afirma o secretário.

Responsáveis pelas ZPEs que fazem parte da estratégia de aceleração do governo identificaram, ao Valor, as dificuldades para prospectar empresas. Pela legislação em vigor, as companhias instaladas em uma ZPE devem exportar no mínimo 80% do que produzem no local para ficarem isentos do recolhimento de tributos, como IPI, Cofins e PIS-Pasep, sobre os insumos adquiridos do mercado doméstico e importados. Isto é, apenas 20% da produção pode ser comercializada internamente.

O projeto para destravar as ZPEs reduz fortemente a exigência de conteúdo mínimo produzido pelas fábricas instaladas nas ZPEs que obrigatoriamente deve ser exportado. Caso o esforço do governo dê certo, o novo marco regulatório vai reduzir essa exigência mínima a 60%, podendo chegar a 50% para empresas que desenvolvem softwares ou que prestem serviços ligados à tecnologia da informação. O restante, vendido internamente, continuaria com a incidência dos impostos, tal qual previsto na lei atual.

No ano passado, o Palácio do Planalto fez chegar à senadora Lídice da Mata (PSB-BA) que o Projeto de Lei do Senado (PLS) 764, que altera o marco regulatório das ZPEs, apresentado pela senadora, contava com apoio da presidente. O ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, disse, em depoimento ao Senado no fim do ano, que era amplamente favorável às alterações. O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Os dirigentes ligados às ZPEs mais avançadas defendem fortemente as alterações. Exigir que apenas 20% do que é produzido nas ZPEs possa ser vendido internamente,

num momento em que o **mercado** doméstico é robusto e o mundo vive crise mundial, o que restringe a demanda por **exportações**, é muito pouco atrativo para as companhias, afirma Otávio Cançado, diretor-executivo da ZPE de Bataguassú, a ZPE privada. Edvaldo Magalhães, secretário de Indústria do governo do Acre, concorda. Para ele, as negociações com as empresas seriam facilitadas com uma exigência menos rigorosa de nível de **exportação**.

Além disso, o governo conta com um trunfo jurídico. Há duas semanas, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que as vendas de produtos entre empresas instaladas na **Zona Franca** de **Manaus** são equiparadas à **exportação**, isto é, sobre elas não incide PIS e Cofins. O entendimento vale para as empresas que se instalem nas ZPEs.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Barreira à <u>importação</u> gera escassez e afeta a indústria</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Argentina

**Medidas protecionistas fazem alguns produtos sumirem**

### César Felício

A onda de frio nos últimos dias em Buenos Aires, com temperaturas de sete graus já em março, aumentou o descompasso entre o que se vê em algumas vitrines e o que se observa nas calçadas da cidade. Enquanto os pedestres passam agasalhados, os manequins ainda ostentam roupas leves, de verão. Todas as coleções estão atrasadas, disse uma lojista que não se identificou, na avenida Las Heras, região norte da cidade.

De modo sutil, os sinais de desabastecimento na capital argentina vão se mostrando depois da criação de uma série de barreiras comerciais pelo governo com praticamente uma novidade por semana: a desta sexta-feira foi a introdução de um controle fotográfico nos contêineres, para verificar se a carga retida condiz com as declarações de antecipação das importações, mecanismo criado em 1º de fevereiro que barrou cerca de 30% das compras do país.

Segundo o diretor de relações institucionais da Câmara de Importadores da Argentina (Cira), Miguel Ponce, das 164 mil declarações apresentadas desde 1º de fevereiro, 51 mil ainda não foram liberadas. A barreira motivou a apresentação de um documento no comitê de bens da Organização Mundial de Comércio (OMC) por parte da União Europeia, dos Estados Unidos e de outros 14 países.

As barreiras afetam também a indústria nacional: no caso do vestuário, por exemplo, a confecção é feita com tecido importado, que está retido. Mas o desabastecimento é mais grave nos itens que já estavam com problemas de importação antes da criação das mais recentes barreiras. Entre 2008 e 2011, aumentou muito a quantidade de produtos colocados no regime de licenças não automáticas. Quando a área de comércio exterior saiu do Ministério da Indústria para uma secretaria própria na órbita do secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, havia uma herança de licenças vencidas e não renovadas. O resultado é que temos encomendas barradas desde agosto, disse Ponce.

Não temos mais como vender a linha Fischer-Price, os fabricados pela Mattel e os produtos Chicco. Ainda conseguimos oferecer os brinquedos mais baratos, afirmou o gerente da loja de brinquedos El Mundo del Juguete no centro da cidade. As vitrines da loja são arrumadas para que os clarões na oferta não sejam percebidos. Nem fazemos mais pedidos de liquidificadores, porque sabemos que não seremos atendidos, comentou um vendedor da rede de varejo Falabella, na mesma região.

A falta de liquidificadores começou há anos na Argentina, dentro de uma estratégia protecionista da ministra da Indústria, Débora Giorgi, de fomentar a produção nacional. Diversos produtos foram colocados sob regime de licenças não automáticas. Em seguida, integrantes do governo procuraram deixar claro para os importadores que as mercadorias só seriam liberadas se eles exportassem. O mecanismo, totalmente informal, ficou conhecido como uno por uno. A mesma situação acontece com outras utilidades domésticas, como os ferros de passar roupa.

A indústria nacional cresceu, mas não a ponto de suprir o mercado doméstico, gerando o desabastecimento. A produção de ferros de passar roupa, por exemplo, passou de 450 mil para 1,7 milhão de unidades entre 2007 e 2011. O aumento não compensou, entretanto, a queda das importações, que despencaram de 2,3 milhões de unidades para 400 mil nesse período, de acordo com levantamento publicado no jornal El Cronista. O resultado final é que a oferta de ferros caiu de 2,7 milhões de unidades há cinco anos para 2,1 milhões de unidades agora.

A indústria argentina tem dificuldades estruturais para prescindir das importações. O governo queria resultados rápidos para a política de substituição de importações e mirou no produto acabado, e não em suas peças. Desse modo, a geladeira é nacional, mas o compressor é brasileiro; ou o liquidificador é argentino, mas o copo é chinês, e assim por diante. E a produção de um eletrodoméstico acabado é só uma operação de montagem. Mais complicado é produzir os componentes, disse o economista Mauricio Claveri, especialista em comércio exterior da consultoria Abeceb.

A dificuldade de **importar** também afeta o **comércio** de alimentos. Na área de suínos, segundo a avaliação da Câmara Argentina da Indústria de Chacinados, a **produção** caiu cerca de 20% quando as **importações** de carne suína provenientes do **Brasil** foram reduzidas de US\$ 9,5 milhões em janeiro para apenas US\$ 1,5 milhão em fevereiro.

Segundo dirigentes da entidade, seria necessário um aumento do rebanho suíno de 30% para que a Argentina se tornasse completamente autossuficiente em presunto, salsichas e outros embutidos. Mas isso traria um complicador, já que a demanda existe para apenas determinadas partes do porco, próprias para o processamento, e não para outras. Com a barreira criada, a indústria priorizou a fabricação das linhas

com maior valor agregado. Ficou difícil de encontrar as mais baratas.

Nas gôndolas de super**mercados**, contudo, a falta de determinados produtos ainda afeta pouco o vendedor ou o consumidor. Aqui vendemos 6.000 itens. Se o consumidor não encontra determinada marca de sabonete ou iogurte ou algum presunto que está acostumado a encontrar, leva outro. O que não dá para pensar é oferecer **importado**. Só o que tem no estoque, disse o secretário-geral da Casrech (câmara argentina de super**mercados** de proprietários de origem chinesa), Zheng Ji Cong.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>‘Argentina dificulta relação com o Brasil’</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Governador das Malvinas afirma que habitantes das ilhas não são oprimidos e decidiram ser britânicos**

### **Nigel Haywood**

Nigel Haywood já representou o Reino Unido na Estônia e no Iraque, mas garante que seu trabalho mais desafiante está sendo agora, como governador das Malvinas. No ano em que a guerra entre argentinos e britânicos completa 30 anos e cresce a tensão entre os países, ele lidera o corpo diplomático britânico nas ilhas. Na capital Stanley, Haywood recebeu o GLOBO em sua bela casa, tomando chá entre quadros da realeza, para falar sobre a relação com a vizinhança.

### **Mariana Timóteo da Costa**

O GLOBO: A economia das Malvinas realmente não depende mais do Reino Unido? NIGEL HAYWOOD : As Falklands são completamente independentes economicamente, tudo que se ganha aqui, fica aqui. Esta é uma das grandes mentiras que a Argentina conta, que as riquezas malvinenses vão para os britânicos.

O Reino Unido oferece apenas serviços diplomáticos e mantém a base de Mount Pleasant, que custa cerca de 70 milhões de libras por ano, uma porção mínima do orçamento militar britânico.

I Por que o senhor acha que a tensão com a Argentina aumentou? HAYWOOD: Você teria que perguntar isso à presidente (argentina) Cristina Kirchner. Não temos interesse em elevar a tensão, mas reagiremos se a Argentina aumentar sua ameaça. Por muitos anos Buenos Aires divulgou mentiras sobre nós, mas agora temos que corrigir. Basta algumas horas nas ilhas para ver que o povo não é oprimido sob o domínio britânico.

I Houve, pré-1982, um interesse real por parte do Reino Unido de entregar as Malvinas aos argentinos? HAYWOOD: Até os argentinos invadirem, muita coisa estava sendo negociada, mas sempre tropeçávamos em obstáculos porque percebíamos que os interesses dos malvinenses nunca eram atendidos. Qual é o ponto de descolonizar um país para outro colonizá-lo de novo? E mais: o povo é quem precisa decidir e o povo decidiu ser britânico.

I Por que a posição argentina encontra eco no resto da América do Sul? O Brasil e a Unasul apoiam as demandas argentinas.

I HAYWOOD: Há duas razões principais. A primeira é que a América Latina toda passou por um processo de descolonização no século XIX contra a Europa. Há um sentimento que rejeita um controle europeu. O segundo é uma grande tendência no mundo de formar grupos regionais. Eu adoraria, no entanto, que o Brasil, a grande potência regional, o Chile e o Uruguai pensassem que há coisas mais sérias com as quais se preocupar que não umas ilhas das quais a Argentina nunca foi dona. O Reino Unido tem uma relação incrível com o Brasil, pena que a Argentina dificulte tudo. Gostariamos de manter o direito dos malvinenses à autodeterminação.

I Ou seja, direito de escolher o seu destino. O senhor acha que os malvinenses gostariam de ser completamente independentes do Reino Unido? HAYWOOD: Eu não sei, aqui todo o mundo tem uma ligação muito forte com o Reino Unido.

Na primeira metade do século XX, tantas colônias se tornaram independentes de nós, não temos nenhum problema com isso.

Mas não há movimento de independência aqui. Outra pergunta para o Brasil: Por que os brasileiros só aceitam colônia ou país independente? Há outros modelos: a Guiana Francesa é parte da França, há muitos outros caminhos.

I Qual a importância das Malvinas para a estratégia militar britânica? HAYWOOD: Mount Pleasant nos oferece uma base de operações no Atlântico Sul. Mas o motivo maior de termos uma base aqui é porque fomos invadidos! Queremos assegurar que isso não acontecerá de novo.

I E o poderoso destróier (HMS Dauntless), o submarino nuclear, o envio do príncipe William para cá. A Argentina acusa o Reino Unido de estar militarizando o Atlântico Sul. Como o senhor responde a isso? HAYWOOD: O príncipe veio para treinar, se quisesse dar um caráter político à visita, teria aparecido em público. Somos signatários do acordo de desnuclearização do Atlântico Sul e o implementamos.

Sobre o destróier: bom, vamos dizer que eu tenho um MAC velho e agora quero trocá- lo por um melhor. É apenas um upgrade militar. Quem provoca é a Argentina, impedindo voos para cá e proibindo navios de circularem com nossa bandeira pela região, proibindo empresas de petróleo de comercializar com a gente.

I Há chances para a paz com a Argentina?  
HAYWOOD: Dar uma chance à paz seria retomar o diálogo. Nos anos 90, avançamos nos tratados de pesca, no licenciamento de voos e navios, mas agora tudo piorou. Se o objetivo da Argentina é ganhar as pessoas daqui, não está fazendo um bom trabalho.

A Argentina espalha medo e desconfiança. Para se obter a paz, é necessário o contrário.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Múltis promovem o <u>Brasil</u> na rede global da inovação</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**As grandes companhias de tecnologia da informação e comunicação estão desenvolvendo no Brasil sistemas e produtos que são usados e vendidos globalmente. O software para impressão a distância da Hewlett-Packard, o sistema de prevenção de enchentes da IBM e o programa de monitoramento de caixas eletrônicos da americana Diebold são exemplos de bens e serviços com DNA brasileiro. "Fomos promovidos de liga", brinca Paulo Iudicibus, diretor de novas tecnologias e inovação da Microsoft**

### **Brasil ganha terreno no mapa global de inovação**

**Por Moacir Drska | De São Paulo**

Grande parte da carreira do pesquisador brasileiro Ulisses Mello foi construída nas cadeiras de universidades no exterior e no laboratório da IBM em Nova York, onde se concentram as principais pesquisas da companhia no mundo. Agora, quase duas décadas depois, ele está de volta ao país. Na bagagem, além da experiência internacional, Mello traz um desafio: liderar o Centro de Soluções para Recursos Naturais da IBM, parte do laboratório recém-inaugurado pela "Big Blue" no país e o primeiro da companhia no hemisfério sul. "É parte da minha missão direcionar as pesquisas para que elas tenham impacto local, mas possam ser usadas globalmente", diz.

Mais que um caso pontual, o exemplo de Mello expressa uma nova tendência entre as grandes companhias de tecnologia da informação e comunicação (TIC): a de desenvolver, no Brasil, sistemas e produtos que possam ser adotados e vendidos em qualquer parte do mundo. Os exemplos incluem um software para impressão à distância da Hewlett-Packard (HP), um sistema de prevenção de enchentes da IBM e um programa de monitoramento de caixas eletrônicos da Diebold - todos com DNA brasileiro. "Fomos promovidos de liga", brinca Paulo Iudicibus, diretor de novas tecnologias e inovação da Microsoft, que também está reforçando os investimentos em pesquisa no país.

É difícil saber qual o volume total de recursos aplicado no Brasil porque boa parte dos valores é mantida em sigilo pelas empresas. Entre 13 grandes companhias selecionadas pelo Valor, todas com atividades de pesquisa no Brasil, os aportes variam de R\$ 35 milhões a R\$ 3 bilhões, dependendo

do intervalo de tempo do investimento. A americana EMC, por exemplo, anunciou no fim do ano passado um aporte de US\$ 100 milhões em cinco anos para construir um centro de pesquisa no Brasil.

Mesmo sem um valor total do setor, há outros indicadores que tornam evidente a atenção despertada pelo país. É o caso do número de pesquisadores contratados. Somados, os times próprios e os profissionais de universidades envolvidos nos projetos das 13 companhias consultadas chegam a 2,7 mil pessoas.

Esse panorama é reforçado por uma pesquisa da Grant Thornton. Depois de consultar 2,8 mil empresas em 40 países, o estudo aponta Brasil e Alemanha como os países que vão liderar o aumento dos aportes em pesquisa e desenvolvimento em 2012. Na divisão por segmentos, o setor de tecnologia destacou-se entre os que planejam ampliar seus investimentos: 39% das companhias de TI responderam que planejam reforçar os orçamentos na área, contra uma média global de 25%.

Um conjunto de variáveis explica esse cenário. Curiosamente, as diferenças de desenvolvimento entre as regiões geográficas do país e a disparidade de estágio tecnológico entre os vários ramos de atividade econômica funcionam como um atrativo. Isso permite testar novidades em ambientes que vão da exclusão digital até ilhas de excelência em tecnologia de ponta. "O Brasil é uma boa amostra do planeta e um ótimo lugar para uma empresa colocar-se à prova em qualquer situação", diz Iudicibus, da Microsoft.

A exigência de aporte em pesquisa prevista em mecanismos de isenção fiscal, como a Lei do Bem e a Lei da Inovação, também tem funcionado. Em média, a contrapartida de investimento expressa nessas leis é de 5% da receita das empresas. Embora não revele números específicos, a maioria das companhias consultadas informa investir mais que os percentuais exigidos.

A preferência pelo Brasil não é exclusiva. Prevalece nas companhias de TIC a orientação de distribuir as atividades de pesquisa em vários países. Pouca coisa, hoje, é feita integralmente em um único local. Essa interdependência vem reduzindo a necessidade de investimentos em centros de

grande porte, com centenas de pesquisadores e somas vultosas. O centro de inovação aberto pela Telefônica no **Brasil** em 2011, o primeiro fora da Espanha, conta com uma equipe de 25 pessoas e responde pelo **desenvolvimento** de inovações globais em serviços de vídeo e redes de transmissão.

Com a diversificação, a estratégia das empresas é aproveitar as vantagens de cada país, criando centros com competências diferentes. "No nosso caso, somos fortes em software de tarifação e gestão de receitas", diz Lourenço Coelho, vice-presidente de estratégia e marketing da Ericsson na América Latina. Com cinco centros no Brasil, a empresa investiu R\$ 900 milhões em pesquisa no país em 15 anos e registrou 40 patentes brasileiras na última década.

Instalado desde 2003 em Porto Alegre, o centro da HP é mais uma unidade com foco em produtos globais. A equipe brasileira desenvolveu o ePrint, software que permite imprimir documentos a partir de dispositivos móveis, como smartphones e tablets. Antigo projeto da HP, o sistema está sendo adotado mundialmente. "Criamos uma reputação dentro da HP e construímos uma visão de valor agregado, distante dos projetos focados no baixo custo por engenheiro", diz Cirano Silveira, diretor do Centro de Pesquisa e **Desenvolvimento** da HP no Brasil.

A área local de pesquisa da Microsoft também vem galgando posições na hierarquia da companhia. A equipe brasileira desenvolve ofertas globais dentro das linhas de

software SharePoint e Microsoft Dynamics, além de ser a ponta-de-lança de novos recursos no Messenger, serviço de mensagens instantâneas.

Uma das criações "made in Brazil" que contou com o apoio da Microsoft foi obtida a partir de um dos programas de apoio da companhia a universidades e empresas novatas. É o software ProDeaf, criado por alunos da Universidade Federal de Pernambuco. O sistema permite a comunicação em tempo real de deficientes auditivos por celular. A tecnologia traduz voz ou textos para a linguagem de sinais, que, por sua vez, é interpretada por um personagem animado em 3D. A Microsoft não descarta a possibilidade de criar produtos baseados no sistema, diz Ludicibus.

Muitos centros têm um papel de mão dupla. Além de produzir tecnologias para adoção internacional, eles servem para adaptar às condições brasileiras - legislação, impostos etc - softwares e tecnologias já disponíveis no exterior. Mesmo nesses casos, a avaliação é de que há uma oportunidade de que o conhecimento gerado ultrapasse as fronteiras e seja útil em outros lugares. "Temos muita relevância em recursos naturais, finanças e agronegócios. Tudo aquilo que for feito em cima dessas competências terá muita chance de ganhar o mundo", diz Luís César Verdi, presidente da SAP no Brasil.



VEÍCULO <b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b>	EDITORIA	
TÍTULO <b>Governo cria Conselhos de Competitividade</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff e o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, oficializam, amanhã, em cerimônia no Palácio do Planalto, a criação dos 19 Conselhos de competitividade

definidos no Plano **Brasil** Maior. Compostos por aproximadamente 600 representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores, os conselhos serão o espaço para a discussão de temas setoriais e a construção de agendas estratégicas. Redação